

artigos



Mães na luta pelo bem viver nos territórios: o exercício político da maternidade como lugar de reivindicação pelo direito à vida

por Ana Paula de Oliveira – Mães de Manguinhos

Em 29 de maio de 2025, Ana Paula Oliveira concedeu uma entrevista à Carlos Pereira; o encontro aconteceu na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mais precisamente nos banquinhos da praça que existe em frente a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp). Ana Paula, que é cria de Manguinhos, deve ter escolhido este lugar não foi à toa: a Fiocruz é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que se dedica à pesquisa científica e tecnológica em saúde e ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo compromisso público com a defesa do bem-estar da sociedade e com a redução de iniquidades, que são desigualdades injustas, desnecessárias e evitáveis. Localizada no coração de Manguinhos, a Fiocruz também tem papel de promotora de políticas públicas de saúde, inclusive a política nacional de saúde integral da população negra.

Durante a entrevista, Ana Paula falou da sua vida e trajetória pessoal, bem como da sua atuação como ativista pelos Direitos Humanos e, em especial, sobre o movimento “Mães de Manguinhos”, que nasceu da organização de mães cujos filhos foram vítimas da violência provocada pelo Estado. Foi uma oportunidade de, a partir da sua história de vida, conhecer um pouco sobre a história não só do território de Manguinhos, mas também do processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro e do exercício do poder do Estado sobre os territórios de favela, especialmente no que se refere a processos de remoção. Além disso, foi uma oportunidade de refletir como se dá o cuidado, a promoção da saúde e a reprodução da vida nos territórios, com especial atenção a como raça, gênero, classe e território se articulam e condicionam os modos e condições de vida, colocando mulheres como principais protagonistas dessas ações de suporte à vida. Essas mesmas mulheres, enquanto corpos políticos, têm suportado opressões e violências as mais diversas na luta pela sobrevivência diária e na luta política diária pela vida.

Mais do que reconhecer a força e bravura dessas mulheres, majoritariamente negras, é importante que façamos reflexão sobre como o cuidado de suporte à vida, e a luta política por direito em territórios de favela e periferia ainda são, maior parte das vezes, processos patriarcais e de matrigestão que colocam mulheres na linha de frente da luta social, como na luta contra a violência praticada pelo Estado.

*A transcrição da entrevista está sendo publicada aqui neste texto e também na revista parceira *Cyências e Tecnologias Orygynáryas*, da UFRJ.*

“Nós nos arreponderemos, no tocante a essa geração, não apenas das palavras e ações odiáveis das pessoas más, como também do silêncio espantoso das pessoas boas”. Martin Luther King, 1963

Eu acho que é uma oportunidade das pessoas conhecerem quem é Ana Paula Oliveira para além de todos os trabalhos que já são conhecidos, né? E eu acho sempre bom lembrar, é uma mulher preta a falar, num espaço que é dedicado pra gente falar da nossa memória, da nossa ancestralidade, coisas que interessam a nossa comunidade. Então, no limite do seu conforto, pense em coisas que você gostaria de falar, na mensagem que você gostaria de deixar. E eu acho legal começar falando um pouco sobre quem é você, se puder falar um pouco da tua história...

Ai... Então, Ana Paula Oliveira. Na verdade, Ana Paula Gomes de Oliveira. Mas de 11 anos atrás para cá, eu adotei Ana Paula Oliveira para ficar algo mais rápido de falar, menor e tal. Eu nasci em Manguinhos, tenho 48 anos e há 48 anos eu moro em Manguinhos. Mas a minha história de vida começa com a chegada dos meus avós, tanto paternos quanto maternos, com seus respectivos filhos. E eles vindo de remoções.

Manguinhos é uma favela. Era um mangue que foi aterrado. Foram feitas construções provisórias. Inclusive, tem um local em Manguinhos que é conhecido como CHP2. Que quer dizer Conjunto Habitacional Provisório 2. Ainda carrega esse resquício da história do nascimento de Manguinhos. E aí, a minha avó paterna com o meu pai, ainda criança, isso na década de 60, chegam a Manguinhos vindos de uma remoção. Porque eles moravam ali na zona portuária, na favela do Caju, uma favela do Caju que foi removida. Eu já ouvi pessoas falando que foi, na época, pra construção da ponte Rio Niterói, alguma coisa assim. Tiraram várias pessoas dali. Não sei se isso se confirma.

E aí, nessa mesma época, também minha mãe com a minha avó materna e a minha bisavó materna e os irmãos da minha mãe. Minha mãe não conheceu o pai dela. Então, eles chegam aqui em Manguinhos também removidos. Aconteceu um incêndio, que, se você for pesquisar, algumas pessoas estudiosas dizem que foi um incêndio criminoso na favela da Praia do Pinto. É uma favela que ficava situada ali, Leblon, Lagoa, por ali.

E eu cresci sentadinha no chão, entre as pernas da minha mãe. Lembro perfeitamente minha mãe penteando meus cabelos e falando, contando o quanto tinha sido doloroso pra ela aquela passagem da vida dela. Eu lembro que sempre ela falava assim: “vocês hoje podem dar graças a Deus. Porque vocês têm uma casa, têm um lar. Eu morava num barraco com a minha mãe, com a minha avó, com meus irmãos. E teve um incêndio que a gente perdeu tudo. E passamos uns dois, três dias dormindo embaixo de marquise, na rua”. Aí minha mãe falava que lembra da mãe dela abraçando ela, pegando os filhos, juntando tudo. E assim, sempre agarrada com os filhos, com medo de alguém passar e levar. Ficaram ali, e as pessoas dos prédios próximos que levavam alguma comida, alguma coisa pra eles. Até eles serem acolhidos numa igreja próxima. Lá nessa igreja fizeram um cadastro, e eles vieram pra cá, foram trazidos pra Manguinhos.

Então minha história de vida começa em Manguinhos com esses processos de remoções vividos pela minha família. Minha mãe e meu pai chegam aqui crianças. Acho que deveriam ter idade de 10, 11 anos. Acredito que é por essa idade aí. Minha mãe nasceu em 58. E ela chega aqui na década de 60. E aí, dona Maria José, que é minha mãe, e seu José Isídio, eles se conhecem na escola e começam a namorar. E eu sou a filha mais velha desse casal. Eles tiveram



*Ana Paula Oliveira durante protesto
foto cedida por Ana Paula*

quatro filhos, três meninas e um menino. E aí, quando minha mãe e meu pai se juntam, minha mãe acaba engravidando de mim. Meu pai tinha 16 anos. Minha mãe tinha 18. Minha mãe engravida, e aí a minha avó, mãe do meu pai, dá um pedacinho do barraco dela. Eu lembro até hoje, era um barraco de madeira mesmo, mas tinha dois andares e tinha uma varanda. Ficava bem aqui em frente à estação mesmo, de trem.

E aí minha avó, dona Sylvia Nunes, dá um pedacinho do barraco pra minha mãe e meu pai morarem, trabalharem e me criarem. A gente morou ali, acho, que até o segundo filho. Quando nasce a minha irmã, Patrícia, a gente ainda morava ali, nesse pedacinho que minha avó cedeu pros meus pais. Minha avó, tanto paterna quanto materna, sempre ajudando meus pais. Foi assim.

Depois de muitos anos, eles conseguiram comprar uma casa nessa mesma rua. Depois, também com muitos anos, minha avó conseguiu construir de alvenaria a casa dela. Na casa da minha avó, nesse barraco, eu lembro, tinha uma mesa grande e bancos de madeira de um lado e de outro da mesa. A gente tomava café ali. Eu, agora aqui, falando com você, venho as lembranças. Éramos pobres, mas sempre teve fartura. Muitos pães. Minha avó gostava muito de fazer uma farofinha de ovo de manhã... O cheirinho de café... Sempre tinha café. Essas coisas. Lembro também dos almoços na casa da minha avó, mãe do meu pai. Minha avó comprava galinha, frango e matava no quintal. E fazia. Eu lembro eu ajudando a depenar galinha, frango. Minha avó era uma cozinheira de mão cheia, cozinhava muito. A comida dela era muito gostosa. Mas era sempre panelões de comida e todo mundo que chegava, comia. Mesmo os filhos que moravam em outros lugares, chegavam e comiam. Minha avó fazia uns doces, angu doce, com coco. Nossa! Era muito bom. Eu lembro que tinha essa fartura sempre.

E... Muita saudade da minha avó. E hoje em dia eu vejo nas redes sociais essas coisas de memes. Me traz mesmo uma coisa que eu vivi na minha infância que era sempre mais o meu avô, pai do meu pai. Ele, quando ia dar dinheiro pra mim e pra minhas irmãs, era sempre assim, escondidinho. Era aquele dinheirinho amassado: “Não fala pra ninguém que eu te dei”. Ele fazia a mesma coisa com as minhas irmãs. Hoje eu vejo isso e falo: “gente, então era dessa geração”. Hoje é pix, mas era bem mais legal e bem mais gostoso, eu acho, vivenciar esses momentos.

Eu tive uma boa educação dos meus pais. Nunca faltou cuidado, carinho. Nem pra mim, nem pros meus irmãos. Mas sempre fomos criados com muita dificuldade. E eu lembro que quando eu terminei a quarta série primária pra ir pro ginásio, eu queria muito ter uma bicicleta. E eu lembro que meu pai, quando eu fui pro ginásio, ele falava assim: “filha, quando você passar de ano o pai vai te dar uma bicicleta”. E aí eu passava de ano e ele não conseguia. Mas eu nunca me revoltei. É claro que eu ficava triste. Eu ficava naquela ansiedade, esperando. Mas eu entendia, porque eles tinham quatro filhos. Só o meu pai que trabalhava. Porque tinha o machismo ali. Meu pai não deixava a minha mãe trabalhar fora. E é um pouco disso, assim, a minha história.

Minha mãe sempre foi uma filhona, uma irmãzona. Ela sempre cuidou da mãe, da avó, que era

a minha bisavó, dos irmãos. Minha mãe sempre foi essa mulher, sempre nesse lugar de cuidadora de todo mundo. Eu lembro muito bem quando a minha avó, mãe dela, adoeceu, quanto que ela se dedicava. Lembro do sofrimento dela, quando minha avó faleceu e depois a minha bisavó também. E ela não tinha pai. Eu também lembro sempre da minha mãe falando da vontade dela de conhecer o pai, porque ela nunca conheceu o pai dela. Ela tinha uma vontade de saber se ela tinha outros irmãos. Minha mãe, ela perdeu todos os irmãos através mortes violentas, sabe? Ela também teve um sobrinho que foi assassinado pela polícia. E depois de tantos anos, ela acaba tendo um neto também assassinado pela polícia. Então, assim, são muitas violências nesse contexto de vida da minha mãe e também da minha família, em geral.

Mas a gente, eu e meus irmãos, a gente cresceu numa rua onde tínhamos vizinhos que vieram com a minha avó, lá da favela do Caju. Então, já conheciam minha avó, meu avô, todo mundo. Então, naquela rua ali tinha um vínculo afetivo muito grande, sabe? Um vínculo que nossa! E passou, foi passando... Crescemos.

Eu sou mãe de dois filhos, do Johnatha e da Maria Paula. Quando eu engravidei do Johnatha, que é o meu primogênito, eu tinha 17 anos. Foi num momento bem difícil que eu me encontro grávida, porque foi pouco tempo depois do meu pai se separar da minha mãe e deixá-la sozinha numa situação difícil com os quatro filhos menores de idade. Ela trabalhava antes deles juntarem os trapinhos, mas depois que foram morar junto, ele ficou nessa de não deixar a minha mãe trabalhar. E quando ele decide se separar e arruma uma outra mulher, minha mãe se vê naquela situação, com quatro filhos menores de idade, só estudantes, e sem trabalhar. E aí, mais uma vez, é a minha avó, mãe do meu pai, quem ajuda. Nessa época, minha mãe já não tinha mãe, já não tinha avó, não tinha ninguém, só tinha os filhos. E ela falava: “eu só tenho vocês”. E era muito triste ouvir minha mãe falando “eu só tenho vocês”.

E pra mim foi muito difícil, porque eu era a mais velha. Eu tinha uns 16 anos quando isso aconteceu, meus irmãos eram mais novos. E aí, quando eu engravido, e eu descubro essa gravidez, eu tava no último ano do ensino médio, no Clóvis Monteiro. E aí, eu escondi o quanto eu pude a gravidez da minha mãe, porque, se eu falasse, todo mundo ia ficar sabendo. E eu também tinha um medo, um receio, que eu falei: “caramba, agora todo mundo vai apontar o dedo, vai falar que é culpa da minha mãe, que foi por causa da minha mãe. Meu pai foi embora, separou”. E não era essa a realidade, não era isso. Minha mãe não tinha culpa de nada. E aí, quando eu conto pra ela, eu já estava com três meses. Foi quando eu me encorajei, e o pai do Johnatha também. Eu falei: “a gente tem que falar, não dá mais”. Porque eu tava usando roupas largas, até pra ir pra escola mesmo. Na escola tinha que ir de calça, e eu ia de calça jeans, mas sempre desabotoada. E aí, quando eu consigo coragem pra contar que eu tava grávida, ela falou assim: “eu já sabia. Eu tava esperando, eu queria ouvir da sua boca. Eu tava esperando você me falar”. Aí eu falei: “mãe, e agora?”

Ela falou assim: “e agora? eu não vou te botar pra fora de casa, nada. Você vai falar pro teu pai”. Eu falei assim: “eu não tenho problema nenhum em falar pro meu pai. O meu problema era magoar a senhora”.

E aí, engravidado do Johnatha, a barriga foi crescendo, crescendo, e isso foi trazendo uma alegria pra minha mãe. Era o primeiro neto, e ela já amava aquele neto desde ali da barriga, aquela coisa. E quando o Johnatha nasce, e é por isso que eu falo que ele é um ser de luz pras nossas vidas, o Johnatha chega com essa força de juntar novamente os avós. Juntar, mas de uma forma amigável, sendo os avós do Johnatha. Eu estava na maternidade, era uma maternidade particular, porque tinha um plano de saúde aqui da Fiocruz e tal. Então ele nasceu na Casa de Saúde de Bonsucesso, que hoje nem existe mais. Quando eu saio da sala de parto pra ir pra enfermaria, quem é que tava lá, já me aguardando? Meu pai. Meu pai... E aí ele pega o Johnatha no colo, chora, me pede desculpas, me pede perdão e tal. Eu ali muito... ainda, mas depois foi passando e a partir daquele momento ali, a gente reatou de novo os laços; ele também com a minha mãe, mas numa parceria mesmo de amizade e tal. E o Johnatha chega pra fazer isso aí.

Johnatha cresce ali naquela rua, sendo muito amado, sendo muito querido. Quando eu engravidei, minha mãe deu uma laje pra que eu e o pai do Johnatha construíssemos um cantinho. Maria Paula nasce 10 anos depois do Johnatha.

E aí em 2010, 2011, começa um novo processo de remoção por conta das obras do PAC, da elevação da Via Férrea, aqui em Manguinhos. E foi um processo muito adoecedor, porque meus avós moravam naquela rua, eu morava, meus irmãos que também já tinham crescido. Conforme a gente foi crescendo, minha mãe foi dando um pedacinho e cada um foi construindo o seu cantinho. Então meu irmão já morava ali, já tinha casado, também estava com um filho, o filho dele é da idade da Maria Paula também. Hoje está com 20 anos, fez agora em maio, e Maria Paula vai fazer 20 anos em junho. Então assim, todo mundo morava ali e a vida toda foi assim, morando na mesma rua.

E aí chega isso, esse projeto, que é o Programa de Aceleração do Crescimento que, ao meu modo de ver, o rio continua transbordando, continua enchendo o Rio Faria Timbó, as enchentes continuam castigando Manguinhos, os moradores de Manguinhos. Então fez a elevação da Estação Férrea, mas quando chove cai água ali, sabe?

Começou esse processo, cadastramento... começa o povo da EMOP ir batendo a porta pra medir casa, não sei o quê. Então foram alguns anos a gente passando por esse processo adoecedor, sabendo que ia ter que se separar. Ia ser a nossa primeira separação. A gente tinha medo de atender o telefone, a gente tinha medo de abrir a porta, porque eles começaram a fazer muita pressão. A gente começou a ver nossos primeiros vizinhos adoecendo por conta disso. Passou um tempo, um ano, dois, já vimos nossos primeiros vizinhos indo embora. Vizinhos de uma vida toda indo embora e não estavam conseguindo comprar casa aqui, se realocar em Manguinhos mesmo, não estavam. Os preços estavam muito elevados.

Como é que eles fizeram? Eles pagaram com dinheiro pras famílias pra elas mesmas procurarem?

Você procurava a casa e aí você ia lá na EMOP com a pessoa que estava vendendo a casa. Ah, e tinha que ser dentro do valor que eles definiam, porque eles mediam a casa e o valor era pelo tamanho. Às vezes, a casa poderia ser linda, maravilhosa, mas se fosse pequena... começaram



*Johnatha e Maria Paula crianças
foto do acervo pessoal de Ana Paula*

assim, sabe? E isso foi acontecendo, a rua começou a ficar como esses lugares onde tem guerra mesmo. Eles não tiravam os entulhos, não. E eles não jogavam abaixo, não. Eles só arrancavam janelas, quebravam, ficavam aqueles esqueletos das casas. A gente chegou a passar um ou dois anos, um ou dois natais naquela rua ali já escura porque começaram a cortar a iluminação. Então só tinha iluminação das casas que ainda resistiam ali.

Isso começa desde 2011, 12, 13... É... Começou o processo, mas as remoções mesmo começaram, eu acho, que foi em 2012 ou 13. Em 2012, em outubro de 2012 chega a unidade de polícia pacificadora em Manguinhos. Estava tudo junto, né? Programa de aceleração do crescimento com a UPP, eram projetos conectados. E quando chega a unidade de polícia pacificadora é que começam mesmo as remoções. Eu acho que era pra garantir que eles tivessem total liberdade pra tirar as pessoas sem uma reação.

Então, em outubro de 2012 chega a UPP. Teve aquela encenação toda com policiais montados em cavalo, hasteamento de bandeira, também, na pracinha ali. Policiais femininas. Eles tinham uma nova roupagem, mas nada mudou. O modo de agir, a atuação, mudou em nada. Quando chega em março de 2013, já acontece, já tem a primeira vítima da unidade de polícia pacificadora, que é o Mateus de Oliveira Cazé. Ele tinha 16 anos. Era um jovem negro, criado pela avó. Ele foi morto com arma de taser. Os policiais alegaram que estavam passando em ronda, tinha um grupo de jovens que estavam rindo e debochando da cara deles. Eles ameaçaram, os jovens correram, eles correram atrás. Dispararam com arma de taser. Mateus teve uma parada cardíaca. Que a gente tem registro, foi a primeira vítima letal após a chegada da UPP.

Nesse mesmo ano, em 2013, um outro jovem foi assassinado, espancado, por uma outra guarnição de policiais da UPP de Manguinhos. É o jovem Paulo Roberto. Tinha 18 anos e tinha apenas 15 dias que ele tinha saído do sistema prisional. Ele foi reconhecido por policiais da UPP que atuavam no centro. E todas as vezes que eles encontravam com Paulo Roberto, era uma sessão de espancamento. Até o dia que eles bateram tanto que levou o Paulo Roberto à morte. Isso foi em outubro de 2013. Quando chega 2014, e eu até trouxe aqui a camisa pra mostrar, a gente tem uma bandeira. Não sei se você já viu. Já viu a bandeira? E a camisa é a mesma foto da bandeira. Quando chega em 2014, exatamente em maio de 2014, o meu filho, o Johnatha, se torna a terceira vítima da letalidade policial, da violência de Estado, do braço armado do Estado. Então, esse é o Mateus, morto em março de 2013. Esse é o Paulo Roberto, que foi espancado. E esse é o Johnatha, meu filho, em 14 de maio de 2014 (diz apontando para as fotos na camisa).

Então na minha casa era eu, o pai dos meus filhos, meus dois filhos, Johnatha e Maria Paula, minha avó e minha tia-avó. Morávamos nós seis. E aí, só tinha sete meses que a gente estava morando nessa casa, que a gente conseguiu comprar, reformar, construir outros andares que não tinham. Minha mãe e a minha irmã Patrícia e a minha outra irmã Alessandra continuavam ainda porque ainda não tinham conseguido outra casa. Os preços super aumentaram. Foi horrível. Muita gente procurando. E aí, muita gente não estava conseguindo se realocar no próprio Manguinhos. Muita gente foi pra longe, foi pra Baixada, foi pra outros lugares.

E a gente queria muito continuar aqui. Então, tinha só sete meses que eu estava morando nessa casa nova com a minha avó. Quando numa tarde de quarta-feira, 14 de maio de 2014, o Johnatha sai da nossa casa com a namorada dele e uma travessa de pavê.

Quando ele sai do quarto dele com a namorada, eles tinham almoçado no quarto, eu tinha terminado de fazer o pavê, porque na terça-feira eu tinha vindo na casa da minha mãe e minha mãe falou assim: “você nem fez o pavê no dia das mães, tem umas caixas de morango aí, leva e faz, estou com vontade de comer”. Eu falei: “tá bom mãe, vou levar”. Levei na terça-feira. Eu lembro também que ela falou assim: “olha Ana Paula, eu estou já encaixotando tudo, botando tudo nas caixas e nisso que eu estou guardando algumas coisas, eu achei a roupinha do batizado do Johnatha”. Minha mãe me fala isso na terça-feira. “Lembra que eu falei pra senhora dar pra alguém?” “Mas eu fiquei com tanta peninha, não queria dar roupinha de batizado do meu neto, não... eu quis guardar. Aí hoje eu lembrei e deixei ali pra mostrar pra você, pra saber de você, se você vai querer ou não. Se você não quiser, eu vou guardar pra mim”, minha mãe falando. Aí eu falei assim: “ah mãe, vou levar, porque eu estou lá com o vestidinho da Maria Paula do batizado... vou levar a roupinha do Johnatha também, vou deixar as duas juntinhas”.

E assim eu fiz, fui embora com a roupinha dele do batizado, com as caixas de morango na terça-feira. Geralmente a gente vinha todos os dias, ainda estava aquele vínculo assim... então a gente vinha todos os dias na casa da minha mãe e das minhas irmãs. Só que eu ia vim só à noite. E aí, ele falou que ia vir trazer a namorada, que a namorada queria ir pra casa. Eu falei: “aproveita, então, passa na casa da sua avó e deixa o pavê dela lá. Fala pra ela que mais tarde eu vou lá”. E ele, quando ele desce do quarto e eu estou ali na cozinha, ele chega, eu estou lavando a louça do pavê, e aí ele vem me abraçando assim, por trás, me dando beijo... Aí, quando eu olhei, tinha um prato, os pratinhos sujos do almoço. Aí ele falou assim: “dá uma moral aí, mãe! Já está com a mão na massa!”

“Eu sabia que esses beijinhos não eram à toa!”. Foi a nossa última conversa. Foi os últimos beijos que eu recebi do meu filho, e ele com aquela carinha de sem vergonha, aquele sorrisinho que sempre conseguia tudo. Até mesmo quando eu dava bronca no Johnatha, falando sério com ele, ele fazia uma gracinha e eu acabava rindo. Eu ficava com raiva porque eu acabava rindo, e aí eu falava assim: “eu estou rindo mas não estou achando nada engraçado. Eu estou rindo, mas estou falando sério”. Eu ficava assim.

Eu tirei foto do pavê, mandei para a Patrícia, mandei para a Alessandra, minhas irmãs, e falei: “olha só, o pavê está indo assim bonitinho, se ele chegar aí todo... foi por conta do Johnatha que não levou direito”. Eu falei: “leva sim, bonitinho”. E aí ele foi, saiu. Eu olhei da janela: ele desce, porque a gente morava no segundo andar, e aí quando ele desce com a namorada e a travessa do pavê, a minha ex-sogra, a mãe do pai dele, morava na mesma rua, do lado. Ele desce, eu vou olhar na janela: a avó dele estava sentada na porta de casa, ele entrega a travessa de pavê na mão da namorada e vai lá pedir a benção à avó. Aí ele beijou a avó e ela falou: “vai para onde Johnatha?” “Vou levar a Ingrid em casa e vou passar na minha avó Maria”. E ele vai, e eu fico ali olhando, vendo essa cena e depois que ele sai, a avó fica olhando ele ir.

E na minha casa tem uma janela na sala que dá para o beco de trás, e eu sabia que ele ia passar por ali, que era o caminho. Aí eu fico na janela olhando ele ir. Foi as últimas vezes que eu vi meu filho vivo.

Nisso, antes dele sair da nossa casa, tinha chegado uma comadre minha com meu afiliado pequeno. Maria Paula, minha filha, naquela época, ia completar nove anos. E quando minha comadre chega, ela ainda consegue ver o Johnatha, toda essa cena do Johnatha comigo e ela falou assim: “comadre, eu vim visitar minha tia, mas o Gabriel quer ficar aqui com a Paulinha. Falou que ia ver DVD com a Paulinha, desenho no DVD”. Naquela época era DVD. Aí ela falou assim: “pode?” Falei: “pode, pode sim”. E ela foi embora. E eu fui ver, falei: “gente, não tem um refrigerante!” Não tinha pipoca... Falei: “vou fazer pipoca para as crianças”. E perto de casa tinha um mercadinho e eu fui lá. Falei com a minha ex-sogra: “a Maria Paula e o Gabriel estão aqui, passa o olho neles, eu só vou aqui no mercadinho e já estou vindo”. Ela: “tá bom”.

O Johnatha já tinha saído também. E eu vou ao mercado. Chego lá e sabe como que é, né, quando a gente vai no mercado! Não sei se você é assim, mas vai para comprar uma coisa, acaba vendo outra, tem que levar isso aqui também, tem que levar isso aqui também... E ali fui me distraindo no mercado. Ouvi uns tiros... e as pessoas começaram: “hii, a chapa está quente!” As pessoas falando dentro do mercado: “e a chapa está quente! Olha os tiros”.

Daqui a pouquinho, várias viaturas de polícia passando na Avenida dos Democráticos com as sirenes ligadas e tal. Já deu um negócio assim... Mas peguei a cestinha e fui para o caixa. Nisso que eu estou no caixa, o meu telefone toca. Era a Patrícia, minha irmã. E aí eu já atendi, assim, não sei, com um aperto no coração. Eu falei assim: “oi”. Ela: “você está onde?” Eu falei: “eu estou aqui no Rei, no Mercadinho. Por quê? aconteceu alguma coisa?” Aí ela: “o Johnatha sofreu um acidente, eu estou indo para lá. O Cássio (que é nosso primo, ela falou) o Cássio veio aqui me avisar que o Johnatha sofreu um acidente. Levaram ele para a UPA. Vai pra lá, que eu estou indo pra lá agora”.

Quando ela falou isso, eu larguei a cestinha e saí correndo de dentro do mercado. Mas assim, sem saber que o meu filho já tinha morrido. Ela fala que ele sofreu um acidente; como ele costumava andar na moto dela, na moto do meu irmão, eu achei que ele tinha caído de moto. E aí, quando eu saí do mercado, eu já encontro com a minha ex-sogra, com a avó do Johnatha. Estava indo ao meu encontro. E eu já encontro ela chorando, desesperada. Eu falei: “o que aconteceu com o Johnatha? A Patrícia ligou, falou que ele sofreu um acidente”. E é nesse momento que ela fala: “a polícia atirou no Johnatha. Foram lá na rua gritando, o pessoal chegou lá na rua gritando que a polícia tinha atirado no Johnatha”. Eu falei: “mas o tiro pegou aonde? Foi grave? Foi de raspão? Foi o quê?” E ela falou: “não sei, não sei... Vai pra UPA, vai para a UPA!” Parecia que tinha abrido um buraco e eu não parava de cair, sabe?

E aí começou a chegar os vizinhos falando: “vamos para a UPA, a gente vai com você. Vamos para a UPA”. E nisso eu tinha deixado minha filha em casa e ela recebe essa notícia logo depois que eu vou para a UPA; já chega a notícia de que o Johnatha tinha morrido. Então, assim, minha filha recebe essa notícia assim também, que o irmão que tinha acabado de sair de casa,



Ana Paula e Johnatha
foto do acervo pessoal de Ana Paula

brincado com ela – porque antes dele descer com o pavê, ele se escondeu no banheiro, e aí eu tinha ido buscar alguma coisa, e quando eu cheguei na sala estava a Maria Paula, Gabriel e eu falei assim: “ué, Maria Paula, cadê o Johnatha?” Não, a Ingrid também se escondeu com ele. Eu falei: “Maria Paula, cadê o Johnatha?” Aí eu falei: “o Johnatha foi embora sem levar o pavê!”. Aí a Maria Paula quietinha, porque ele pediu para ela ficar quieta. Aí eu falei assim: “eu não acredito!” Eu já comecei a ficar brava! Aí ele sai: “tô aqui, tava te zoando!” Eu falei: “ah, sem graça!” não sei o que... – então assim, ela vê toda essa cena do irmão, ela tinha 8 anos e chega a notícia de que o irmão morreu.

Quando eu chego na UPA, eu já vejo duas blazers, duas viaturas da polícia. A UPA nunca foi tão longe pra mim. Eu chego lá, entro correndo... já encontro minhas irmãs, vizinhos, todo mundo em prantos. Eu só: “cadê o Johnatha? cadê meu filho? Quero ver meu filho”. Porque até então, até eu encontrar com a avó dele, eu tava achando que tinha sido um acidente de moto. Quando eu encontro com a avó dele e ela fala que ele levou um tiro, que a polícia atirou nele, eu fico imaginando: “será que ele tava de moto e a polícia atirou, ele não ouviu falar pra parar e a polícia atirou, foi isso?”

Mas até eu chegar naquela UPA, pra mim, meu filho tava vivo. Pra mim não tinha sido nada grave. E quando eu chego, eu já vejo meu cunhado saindo lá de dentro e já vem com a notícia. E eu falo: “cadê meu filho? Eu quero ver meu filho”. E aí ele me puxa, puxa minhas irmãs e fala: “a gente vai ter que ser forte. O Johnatha levou um tiro de pistola, ponto 40, nas costas. Ele teve hemorragia interna e ele não resistiu”. E aí... aquela ficha não cai ali na hora... não dá pra acreditar... meu filho saiu de casa cheio de vida, brincalhão, alegre... não dá pra acreditar que isso aconteceu... pra mim, eu tava num pesadelo e... a qualquer momento eu ia sair daquele pesadelo...

Mas esse pesadelo já dura 11 anos. Acabou de completar 11 anos... e... eu lembro que os policiais envolvidos no assassinato do Johnatha, eles tiveram total acesso ao interno da UPA, eles tiveram acesso ao corpo do meu filho... É porque, eu acredito, que naquele momento eles não deveriam estar com o kit flagrante pra forjar. Quando eu começo a gritar “QUERO VER MEU FILHO! QUERO VER MEU FILHO! MEU FILHO NÃO MORREU! MEU FILHO NÃO MORREU! É MENTIRA!”, aí eles fizeram uma barreira pra ninguém entrar pra sala onde o Johnatha tava. Era a sala vermelha. Aí eles falaram que não podia passar. Aí, nisso já chega a sogra do Johnatha com a namorada dele, desesperadas... Foi um desespero. Nossos vizinhos começaram a chegar naquela UPA, todos os vizinhos que me viram na barriga da minha mãe, viram o Johnatha na minha barriga. Foi uma comoção total mesmo. Ninguém acreditando que aquilo tava acontecendo. Ninguém, ninguém, ninguém...

E aí a Patrícia fala: “se você quiser ver seu filho, você vai ver”. Eu lembro que eu falava: “mas ele tá vivo?” E a Patrícia começava a chorar, a Alessandra também. Aí eu falei: “ele tá vivo, né?” E aí minha ex-cunhada entra lá, consegue ver, e ela vem. Aí eu falo: “como que meu filho tá? ele tá vivo?” Aí ela: “não, Ana Paula, não”, Aí eu falei: “ele tá machucado? como que tá o rostinho dele? como que tá o rostinho do meu filho? meu filho tá machucado? ele sofreu? o que fizeram com meu filho?” E aí ela fala: “não, aqui nele ele tá um pouquinho ralado, o joelho

dele tá ralado, deve ter sido na hora que ele foi atingido que ele caiu, deve ter ralado o joelho”. Mas eu não tive coragem de entrar. Eu queria o meu filho do jeito que ele saiu da minha casa... vivo, sorrindo, alegre... eu não tenho essa imagem do meu filho. Mas, infelizmente, no dia seguinte, eu tive que ver o meu filho; se despedir dele, dar o último beijo nele, fazer o último carinho no rosto dele, ele dentro de um caixão...

Uma coisa que eu nunca imaginei na minha vida: ver meu filho dentro de um caixão, de uma forma que nunca foi ele... imóvel, gelado.... mas ele tava com um semblante, assim, muito em paz, mas nada disso nunca serviu pra amenizar essa dor. E quando eu tava sentada, ainda em casa aguardando, isso no dia 15, porque foi o dia seguinte, aguardando minha família pra me levar pra essa último momento com o Johnatha... a televisão tava ligada. Não sei quem ligou, não sei se foram as crianças. Algumas pessoas estavam lá com crianças, vizinhos... mas passa uma reportagem, essas policiaescas, no horário de meio dia, e aí a foto do Johnatha. A foto dele com a roupa do quartel, que na época ele tava servindo o exército. E aí eu lembro que botaram a foto dele e falaram: “mais um jovem morto em Manguinhos. A polícia alega que ele morreu numa troca de tiros. A família diz que o jovem não tinha envolvimento com o tráfico local”. E foi isso. Foi essa reportagem. E quando eu olho aquilo, eu não sei... eu só falei assim: “eu preciso ter força. Eu não posso morrer, apesar do sentimento ser de morte”. Eu achava que não iria sobreviver, e eu falava assim: “gente, eu preciso ter força, eu preciso ser a voz do Johnatha”. Não bastou matar o corpo, eles estavam numa movimentação pra criminalizar aquele corpo e aquela vítima. E eu falei: “isso eu não vou deixar”.

Pra ele nunca faltou amor, nunca faltou cuidado. Ele era cuidado por toda a família, por todos os vizinhos. Todos os vizinhos amavam o Johnatha, gostavam do Johnatha, do jeito alegre que ele era, educado, nunca respondeu ninguém... E aí eu falo: “eu vou ser a voz do meu filho, eu não vou deixar que o Johnatha se torne apenas um número pra estatística da violência policial”. Ele tem mãe, ele tem pai, ele tem uma família que o ama. Ele só não está aqui fisicamente, mas esse amor que a gente carrega por ele é cada dia mais forte. Ele vive em nós. Meu cunhado, ele foi perguntado por um funcionário da UPA se o Johnatha tinha algum envolvimento com tráfico e ele falou: “não, o garoto está no quartel, estuda”. E aí ela falou assim: “então, se eu fosse o senhor, eu iria na delegacia mais próxima, fazer um boletim de ocorrência”. E assim foi feito. Acho que se isso dependesse de mim, eu não estava nem acreditando que o meu filho tinha morrido, quanto mais ter cabeça pra ir pra uma delegacia fazer um registro e estar ali diante de uma instituição que foi quem matou o meu filho. Mas o meu cunhado foi até a delegacia.

Chegou lá pra fazer o registro, os policiais envolvidos na ocorrência estavam ali tentando fazer um registro também, de auto de resistência. E aí, quando o meu cunhado chega, porque isso não é comum, a polícia mata em Manguinhos ou em qualquer favela e as pessoas dificilmente vão fazer uma reclamação, vão registrar, fazer um boletim, e meu cunhado chega lá pra isso, explica toda a situação e, aí, alguém fala: “ah, as pessoas, os policiais envolvidos na ocorrência, são esses, eles estão falando que foi troca de tiros”. Meu cunhado falou: “não”. “O que eu posso fazer é acionar a Delegacia de Homicídios, que é lá na Barra, enviar uma equipe pra UPA, pra que possa ver se ficou algum projétil”.

E graças a Deus tinha ficado, e graças a Deus era a arma mesmo da corporação, porque a gente sabe que eles usam armas frias, né? E apreenderam as armas dos policiais envolvidos na ação. E ele falou: “a gente vai precisar de testemunhas. Se o senhor tiver testemunhas, traga as testemunhas pra serem ouvidas”. E aí vai, Patrícia e meu cunhado vão até o local, a rua onde o Johnatha foi alvejado. Foi um tiro nas costas, mas segundo as testemunhas, esse mesmo policial já havia feito disparos antes, pro alto, alegando que era pra dispersar uma confusão, sendo que, segundo as testemunhas, essa guarnição já era muito conhecida na favela, desde a chegada da UPP, por ser uma guarnição que fazia abordagem violenta aos moradores, por ser uma guarnição que hostilizava os moradores. Então, eles já eram conhecidos, já se sabia o nome deles e, então, quando a minha irmã chega na rua onde o Johnatha é assassinado, ela encontra várias mulheres pretas corajosas – porque pra testemunhar contra a polícia, precisa ter coragem, mas elas foram.

Acho que, também, uma coisa é que o Johnatha não foi o primeiro nem o segundo, foi o terceiro. Então, acho que isso também mobilizou essas mulheres a terem essa coragem. Foram pra delegacia. Uma dessas mulheres é a mãe do Paulo Roberto, desse daqui (apontado pra foto na camisa). É a Fátima. Paulo Roberto tinha só sete meses que tinha sido assassinado quando o Johnatha é assassinado.

Fátima é uma das testemunhas, e ela é a principal testemunha. E ela vai também e, aí, quando os moradores chegam e já veem os policiais lá, já vão falando: “ah, foi eles, foi eles!” E no primeiro momento eles foram ouvidos na vigésima primeira DP. No dia seguinte ou depois, eles foram ouvidos na DH. Na primeira escuta do policial, ele fala que não tinha feito nenhum disparo. Um mês depois, quando o resultado da balística, do confronto balístico sai, provando que foi da arma dele, ele é chamado novamente na DH e, aí, ele fala que não falou porque ele estava sem a presença do advogado.

E aí, dez meses depois, quando acontece a primeira audiência – porque aí tem uma investigação, tem um autor, e o Ministério Público fez a denúncia... porque é todo um passo a passo e, quando o Ministério Público faz a denúncia, aí que o processo vai para o Tribunal de Justiça –, então aconteceu a primeira audiência dez meses depois do assassinato do Johnatha e essa audiência aconteceu numa segunda-feira, acho que foi em fevereiro, se não me engano ela acontece numa segunda-feira. Quando era uma sexta-feira antes, entra em contato comigo um repórter do jornal O Dia: “ah, consegui seu contato”... O nome dele era Diego, eu esqueci agora o sobrenome, mas lá no jornal, que eu tenho guardado até hoje, está lá o nome dele. Ele: “Ana Paula, eu queria muito conversar com você. Eu soube que vai acontecer a primeira audiência do caso do seu filho. Isso não é algo comum de acontecer, dificilmente um caso de letalidade policial chega até o Tribunal. Geralmente, esses casos não tem uma investigação. Queria saber o que você espera disso”.

Eu falei: “eu espero o mínimo. O que eu queria era o meu filho, isso ninguém vai poder me devolver. Então o que eu espero é que o policial que tirou a vida dele seja responsabilizado, para que não aconteça, para que ele não repita isso, não faça isso com o filho de mais ninguém”. E aí ele falou assim: “você sabe o nome do policial?” Falei: “sei, porque está no

processo. Tem o nome dele no processo, sei”. E aí eu falo: “Alessandro Marcelino de Souza”. “Ana Paula, eu vou também procurá-lo, tentar procurá-lo, vou entrar em contato com a polícia militar para ver se ele quer falar a versão dele, tal... e é isso, te desejo boa sorte”. Falei: “tá”.

Quando foi na segunda-feira, estou me arrumando de manhã cedo para ir para o Tribunal, ia ser a minha primeira vez dentro de um Tribunal, nunca tinha entrado em um Tribunal na minha vida, um amigo me manda o link da reportagem do jornal O Dia e ele falou assim: “aí o resultado da nossa luta, da sua denúncia”. Quando eu abro o link, meia página assim do jornal. E aí, depois, uma mãe da escola da minha filha, no outro dia, ela falou: “eu vi sua reportagem, você com uma foto, segurando a foto do seu filho; saiu no jornal”. Aí eu falei: “eu não vi, porque eu só tinha visto online”. Ela falou: tem um jornal lá em casa, eu posso te dar”. E aí, no outro dia, ela levou o jornal para me dar: meia página do jornal O Dia. E só ali que eu fico sabendo, através daquela reportagem – porque esse repórter fez uma reportagem investigativa e, através do nome do policial, ele consegue, ele faz a reportagem. E ele fala: “hoje não será a primeira vez que o policial acusado de matar jovem em Manguinhos vai sentar no banco dos réus. Esse mesmo policial é acusado de triplo homicídio e duas tentativas de homicídio na Baixada Fluminense. Esse mesmo policial, em 2013, chegou a ser preso. Ficou um mês preso e é acusado, junto com outro policial de folga, em Queimados, de levar cinco jovens para um terreno baldio e assassinar três jovens. Dois conseguiram escapar”.

Mesmo indo à delegacia, relatando, reconhecendo, nada aconteceu com esse assassino. Quando ele sai da cadeia e tudo, o que é que eles fazem? Só tiraram o problema ali de Queimados e jogaram pra Manguinhos, mas aí ele estava com muita certeza da impunidade, de que ele podia chegar em qualquer lugar e tirar a vida de jovens pretos que nada ia acontecer. Então, ele mata meu filho com um tiro nas costas. Fátima, uma das testemunhas, diz que estava dentro de casa quando houve os primeiros disparos. Olha da janela, vê uma confusão, vê os policiais e lembra que os filhos dela, pequenos, estavam na quadrinha jogando bola, quadrinha em frente. E ela desce correndo, junto com outro filho, ela desce correndo pra tentar chegar até a quadra pra pegar os filhos. Nisso que, ela falou, que já sai na porta, vê o Johnatha e algumas pessoas e, ali tinha uma confusão entre os policiais e os moradores. Alguns moradores atirando garrafas. Mas isso foi perguntado lá no Tribunal de Justiça, por um das promotoras, se algum policial foi atingido por alguma garrafa, alguma pedra, atirada pelos moradores. Ninguém foi atingido. E aí, ele alega que fez disparos pra dispersar a confusão.

Fato é, que a principal testemunha diz que viu que, quando ela desce, já vê ele se posicionando, se agachando e apontando pra lá, pra direção dela, onde também estava o Johnatha e o filho dela. E ela falou assim: “gente, aquele policial lá ele vai atirar”. E aí as pessoas falam: “não, vai não”. “Vai atirar!” E aí ele realmente atira. Ela falou que só dá tempo dela puxar o filho, ela falou que tem certeza que se não puxa o filho dela, ela ia perder o segundo filho ali, só com sete meses que ela tinha perdido o outro. Ela falou que só dá tempo dela puxar o filho dela pro canto e falar pro Johnatha: “não segue não, volta porque ele vai atirar”. É quando o Johnatha vira pra voltar e a bala pega bem aqui na região do cóccix dele.



*Ana Paula e Johnatha
foto do acervo pessoal de Ana Paula*

Provavelmente, se meu filho sobrevivesse, ele iria ficar vegetando numa cama... na região que pegou, provavelmente, na coluna e tal. Quando eu saio de casa com a certeza de que o policial que matou meu filho é realmente um assassino, isso só me dá mais força. Mas foi muito difícil chegar lá naquele primeiro dia da audiência e ver que quem tava sendo julgado não era o assassino, que já tinha sido preso, que já respondia por outros processos de homicídio. Quem estava sendo julgado ali, por aquele tribunal, era meu filho. Eles começam com as testemunhas de acusação, que eram moradores, que foram criminalizadas: é perguntado pras testemunhas: “ah, no local onde vocês moram tem venda de drogas?” Onde que não tem, nesse país? É perguntado pras testemunhas se trabalhavam... essas coisas que estavam sendo perguntadas pras testemunhas, numa forma também de tentar intimidá-las, né? E ali também foi perguntado se o Johnatha trabalhava, se o Johnatha estudava... De que isso interessa dentro de uma situação de uma pessoa que foi vítima de um assassinato?

Em nenhum momento foi colocado ali, naquele lugar, foi falado que o policial já tinha sido preso, que ele já respondia por outros homicídios, sabe? Então, assim, eu saí daquele lugar adoecida. Eu fui pra lá com uma ignorância, porque eu não sabia... eu achei até que já ali naquela primeira audiência já ia acontecer o julgamento, a sentença, tudo! E que ele seria condenado, mas não. Era apenas a primeira audiência de muitas que viriam pela frente. Entre cancelamentos, adiamentos, foram dez anos assim. Ano passado que aconteceu o julgamento do policial que assassinou meu filho. Foram dois dias de julgamento. Depois, se você quiser ver, provavelmente tem, porque Globo, Record, SBT, estavam todos lá acompanhando, nos dois dias de julgamento. Foi 5 e 6 de março. E, aí, tinha provas testemunhais que, mesmo depois de dez anos, as testemunhas ainda estavam lá. A gente sabe que isso não acontece muitas vezes. Se perde testemunhas pelo tanto tempo que se passa. As testemunhas morrem, as testemunhas se mudam. Muitas vezes, a família não consegue mais ter um contato com essas testemunhas, então fica bem difícil. Mas, no caso do Johnatha, estavam lá.

Conseguimos que fosse feita, antes do julgamento, uma perícia investigativa. E aí a pessoa, a profissional responsável, levou dois anos pra fazer essa perícia investigativa usando o método forense. Não sei se você já ouviu falar na Ciência Forense. Ela foi até o local do assassinato do Johnatha, ela fez medição, usou imagens de satélite da época, tudo, tudo, tudo... Estudou todos os depoimentos, tanto do policial assassino, quanto das testemunhas de defesa dele. Estudou os depoimentos das testemunhas de acusação, que eram os moradores, dos familiares... E, a partir daí, ela faz dois vídeos, que é em 3D, uns bonequinhos... faz toda uma simulação, mas com relação aos depoimentos.

A simulação que ela faz com os depoimentos dos policiais mostra, ali, que não tinha como o Johnatha dar tiros. Joga por terra... Mostra várias contradições na fala do policial e dos parceiros dele. E, aí, o 3D, com a fala, com o depoimento da principal testemunha, e tudo com as medições, com a trajetória da bala no corpo do Johnatha, tudo foi medido, tudo. Laudo cadavérico e tal ... e mostra que, realmente, o que eles falam não é verdade.

Mesmo diante disso tudo, numa última cartada do advogado de defesa, já quando não tinha mais nem como o Ministério Público, nem como a Defensoria Pública fazer fala, porque a

última fala era do advogado lá do réu para o Tribunal do Júri. Quem é o Tribunal do Júri? Tribunal do Júri é a nossa sociedade. E aí esse advogado fala: “mas ele não saiu da casa dele, naquele dia 14 de maio, com a intenção de tirar a vida de um jovem, com a intenção de matar alguém. Eu acho que valeria a gente pautar aqui que foi um homicídio culposo, sem a intenção de matar”. E aí o júri acata essa prerrogativa do advogado e vota como se fosse realmente um homicídio culposo, sem intenção de matar. E aí o caso é passado para a Justiça Militar, porque a Justiça cível não julga casos de homicídios culposos. E aí vai para a Justiça Militar, e isso acontece depois de 10 anos. E esse julgamento só aconteceu porque, em nenhum momento, desde então, eu parei de denunciar. Eu já fui não sei quantas vezes para a ONU, para a Suíça, em Genebra; já fui para Londres duas vezes também, sempre levando essa denúncia da letalidade policial, do racismo existente no sistema de justiça do Brasil.

Tenho denunciado. O que eu tenho feito nesses 11 anos é denunciar, acolher outras mães que, infelizmente, vieram depois de mim, mas esse foi o fato... Tanto a Defensoria Pública quanto o Ministério Público recorreram dessa decisão, dele ser julgado por homicídio sem intenção de matar. O julgamento foi em março e aí, a decisão, o julgamento do recurso, acontece em dezembro, depois de ser adiado em uma outra data. E aí, por unanimidade, os 3 ou 4 desembargadores votam a favor de anular o júri. Então esse júri é anulado. Eu não aceito que aquele resultado tenha acontecido diante de todas as provas que a gente tinha, diante dos precedentes do assassino. Eu falei: “eu não lutei esses 10 anos pra ver ele ser julgado pela própria polícia, não aceito; ele tem que ser responsabilizado, ele tem que ser condenado”.

E aí, agora, a gente está aguardando uma nova data, um novo julgamento, e eu só fico pensando: “por mais que eu queira isso, por mais que eu lute por isso, eu não queria ter que passar por isso tudo de novo”. É claro que eles vão vir com novas armas, porque eles são capazes de tudo pra não responder pelo crime que eles cometeram.

Então, nesses 11 anos, a partir da primeira audiência que eu assisto do meu filho, eu saio dali e já começo a me mobilizar e começo a ir ver, participar de outras audiências, apoiar outras mães. Porque eu passei por aquilo, mas eu estava com uma rede de apoio. Eu tinha família, eu tinha amigos, eu tinha vizinhos. Estava todo mundo ali, comigo, naquele tribunal. E eu fiquei imaginando uma mãe sozinha passar por isso tudo, sem essa rede de apoio.

Ao assistir outras audiências eu vi que é exatamente a mesma coisa. Parecia que eu estava em outra audiência do Johnatha mesmo, porque é a mesma coisa: é a criminalização da pobreza, é o racismo permeando ali as estruturas desse sistema de justiça, que não é feito pra ser justo com a gente, não foi criado pra realmente fazer justiça pra todo mundo de forma igual. Então, o que eu tenho falado é que esse sistema de justiça ele tem dois pesos e duas medidas, ele não é igual pra todos e ele só enxerga um corpo preto quando é pra condenar, e isso é muito revoltante. Mas, ao mesmo tempo, é o que me dá força, é o gás que me dá pra continuar, porque eu não acredito na justiça; pode ser que essa justiça institucional aconteça, mas eu, enquanto mãe do Johnatha, eu preciso ir até o final. Saber que eu fiz o que eu pude, dentro das minhas condições.

Eu nunca vou deixar de cuidar do meu filho e, nessa militância, eu encontrei uma forma de continuar sendo a mãe dele... eu encontrei uma forma de poder continuar cuidando do meu filho: não deixar que o que aconteceu com ele caia no esquecimento. Então são 11 anos aí, nessa luta, tendo que, muitas vezes, guardar minha dor pra ouvir outras dores, acolher outras dores. Mas também foi onde eu encontrei sentido pra minha vida, porque naquele momento, lá na UPA, quando eu recebo essa notícia, e depois, no segundo dia, quando eu tenho que ver meu filho pela última vez dentro daquele caixão, eu tinha certeza que eu não iria resistir. Pra mim, não tinha sentido a minha existência nesse mundo sem meu filho, sem aquele pedaço que me arrancaram. E eu falava: “eu não vou conseguir”. Era uma coisa, eu não sei nem como descrever, mas eu achava que eu não iria sobreviver. Eu achava que realmente eu iria morrer.

E era uma vontade de estar com ele, de querer morrer pra estar com ele... Passou isso pela minha cabeça, algumas vezes, mas foi onde eu recorri, também, pra uma fé de acreditar que existe algo pra além disso aqui. E muitas vezes, na hora desses desesperos, eu pedia a Deus pra me enviar sinais. E ele me enviava. Ele enviou sinais, e isso foi me dando uma certa calma. Acreditando que o Johnatha, ele está em algum lugar, mas ele, principalmente, está em mim, e eu preciso estar viva, que enquanto eu viver, o Johnatha vai estar vivo também. E o dia que eu não estiver mais aqui, ainda assim, eu já vou ter deixado um legado... tem uma história que está sendo escrita há 11 anos.

Ainda não acabou. A gente segue na luta. É muito duro... foi triste, hoje, pra mim, acordar e ver na televisão o MC Poze sendo preso, porque quando eu olho pra ele, eu vejo um filho preto de favela de uma mãe de favela, e aquilo ali é o que acontece diariamente com vários outros meninos, jovens, adultos, homens pretos, moradores de favela e periferia. A gente vê a discrepância.

Eu vi muitas pessoas revoltadas nas redes sociais, fazendo mesmo comparações com a prisão do Poze, que foi preso dentro de casa, foi levado pra delegacia algemado, com as mãos pra trás, descalço, sem camisa. Enquanto, e aí botaram um vídeo daquele deputado Roberto Jefferson, que a polícia foi pra prender ele, ele jogou granada na polícia, ele deu tiros e todo mundo tratou ele super bem... conseguiram depois entrar na casa, depois de muito custo, tomaram cafezinho juntos, ficaram ali negociando como ele seria encaminhado pra delegacia... E é dessa forma. A gente tem visto aí que tá cada vez mais escrachado. A gente acabou de ver a ministra Marina Silva, sendo espezinhada por homens brancos, enquanto uma outra aí foi lá dar depoimento, e os deputados faziam selfie com essa mulher branca. Mas é isso. A sociedade, ainda assim, segue em inércia e a gente sabe que, eu sei que a transformação vai vir.

Os resultados não vão vir de políticos, mas acho que da nossa luta mesmo, da luta do povo. O caso do meu filho não chegou no Tribunal de Justiça porque eles são bonzinhos, são bons profissionais, não. Chegou porque tinha uma mãe ali, gritando, indo pro mundo denunciar, se juntando com outras mães, com outros pais, pra ter mais força nesse grito. Porque a gente sabe que a grande maioria desses casos nem tem uma investigação e, quando tem, chega no Ministério Público, fica empacado, ou não tem um encaminhamento.



Ana Paula durante trabalho
foto cedida por Ana Paula

Eu tenho formação de pedagoga. Eu me formei em 2005, pela Universidade Estácio de Sá. Não era um projeto, não estava planejado eu fazer um curso superior. Quando eu terminei o ensino médio – eu terminei grávida do Johnatha. Na verdade, ele nasceu em 4 de dezembro e eu tinha ficado de recuperação em química. Eu fui pra maternidade mas tendo que voltar lá pra fazer a prova depois. É... consegui passar e, aí, quando o Johnatha tinha 10 meses, o meu primeiro emprego foi na creche comunitária aqui em Manguinhos, onde eu trabalhei por 8 anos como recreadora. Mas aí, num determinado momento, veio um Decreto de que todo profissional pra trabalhar com educação infantil precisava ter uma formação superior, uma formação de professor, e eu não tinha. Eu só tinha ensino médio. Mas quando eu fiz a inscrição, a prova lá na prefeitura, e tudo, eu poderia. Era uma coisa da prefeitura com associação de moradores, a prefeitura toda semanalmente mandava merenda, depositava o salário dos funcionários, dos recreadores, merendeiros, tal... e era carteira assinada. Eu trabalhava do lado da minha casa, minha mãe levava o Johnatha pra mamar nos horários que as crianças estavam dormindo... O Johnatha mamou até 2 anos e meio e, aí, quando chega num determinado momento, fala: “ah, vai precisar fazer essa formação”. Como eu não queria perder meu emprego, fui fazer. Podia ser normal superior ou licenciatura, ou não sei o quê, e eu escolhi pedagogia.

Muito incentivada, também, por outros colegas do trabalho: “ah, vamos fazer pedagogia, a gente faz junto”. Gostei; e eu falei assim: “ah, agora eu vou gente!”. Quanta coisa nova aprendemos... “vou aplicar isso com as crianças”! Mas, infelizmente, a creche fechou. Tava tendo desvio das verbas. Ficamos três meses sem receber, os funcionários. E quando a gente faz uma greve, fecha a creche, vai pra prefeitura, a gente fica sabendo disso. Mas não tava acontecendo só aqui, em outras creches também tava acontecendo, então, por conta disso, acabou esse convênio. Hoje eu utilizo a pedagogia, nunca utilizei em sala de aula, mas eu tenho utilizado bastante nessa luta. Na militância, tem me ajudado bastante.

Sou muito convidada pra dar palestra em universidade. Gosto muito quando é na universidade de Direito, porque eu acho importante; não acho que são palavras vazias, nem acho que jogo pro vento, porque numa sala com 30, 40 pessoas, eu tenho esperança e fé de que alguém sai dali afetado e atingido pelo que eu falo. Então, acho importante a gente estar falando com quem vai ser os próximos promotores, juízes, defensores públicos, porque isso precisa mudar, mas isso não vai ser uma mudança repentina. Então, acho que a gente precisa fazer esse trabalho de formiguinha e acreditar. Se hoje a gente tá aqui e a gente tem uma certa liberdade, foi porque nossos ancestrais vieram antes, muito antes. Teve muito sangue nosso derramado, muitas lágrimas, muito sofrimento... eles lutaram, resistiram muito pra que a gente pudesse estar aqui e pudesse estar usufruindo de alguns direitos.

Eu acho que a gente tem que dar continuidade a isso. Eu acredito que eu não vou estar aqui pra ver o resultado disso tudo que a gente tá fazendo hoje, que a gente tá plantando. Mas pensar que num futuro, espero eu que não tão distante, as mães pretas periféricas, faveladas possam ter o direito de conviver com seus filhos, não tenham seus filhos arrancados... Apesar que isso não é de agora, lá atrás, período escravocrata, os filhos já eram retirados das mães pretas... as mães pretas já eram impedidas de amamentar seus filhos com seu sangue, porque o

leite materno é o nosso sangue. Então, quantas mulheres pretas, mães, perderam seus filhos desnutridos, porque tinham que dar o seu leite, tinham que amamentar os filhos dos brancos? Hoje, as mães têm que sair das suas casas pra trabalhar em casas dos brancos, tem que deixar seus filhos, pra cuidar dos filhos dos brancos, e ainda, quando acontece alguma coisa com esses filhos, a mãe é colocada como a culpada por isso. Então, não mudou... hoje a gente vive num período escravocrata capitalista contemporâneo, mas continua. Demos alguns passos à frente, mas muitos retrocessos também. A gente está aí diante de um governo que é isso: o governador do estado do Rio de Janeiro usa a política de combate às drogas, a política de segurança pública pra exterminar mesmo a população preta, pobre, favelada; pra encarcerar nossos filhos... Acho que o que a gente tem que debater não é só a letalidade policial, mas por que isso acontece. Acho que a gente tem um debate aí que precisa ser feito sobre as drogas, porque isso é utilizado para o extermínio de um povo, extermínio nos territórios. Então, a gente tem que trazer essa discussão.

A gente tem uma educação super defasada. Na época da pandemia a gente ouvia muito falar: “está todo mundo no mesmo barco”. A gente sabia que não estávamos no mesmo barco. Foram nossos filhos que perderam anos de estudos que não vão ser recuperados; não tem como ser recuperado. Enquanto os filhos dos brancos estavam lá com todo o aparato pra não perder conteúdo escolar. Então, e aí? como é essa correria para conseguir rever tudo que foi perdido? As escolas estão aí, falta de professores, professores mal pagos, falta uma boa estrutura nas escolas... tempo de verão brabo, muitas escolas nem ventilador têm... esse é o projeto político que a gente tem, que está em curso há muito tempo.

É bem complicado, é muita luta. Eu só posso dizer que a gente só tem que lutar, não dá pra ficar de braços cruzados, só vendo isso acontecer. Eu sou uma pessoa que eu já me incomodava com tudo isso. Cresci vendo já muitas injustiças. Eu nunca me calei diante das injustiças, mas eu também não sabia como fazer, o que fazer. Infelizmente, eu só consigo chegar a ter essa visão política, essa formação política, até mesmo de me enxergar realmente – porque é claro, eu nasci e cresci sempre sabendo que era uma pessoa preta, mas ter isso mesmo atravessado em mim é quando eu tenho meu filho assassinado. Eu lembro que uma das perguntas que eu mais fazia, quando essa ficha caia, era: “por que que a polícia matou meu filho? por que que a polícia atirou no meu filho?” E eu consigo ter essa resposta um mês depois do assassinato do Johnatha, quando eu já estou gritando, a Patrícia pesquisando, porque, ela, além de tia do Johnatha, uma grande companheira minha, foi o principal ponto para que o movimento Mãe de Manguinhos acontecesse, porque ela que faz essa ponte entre mim e a Fátima e a gente constrói esse movimento, muito se movimentando mesmo; a gente nem sabia o que a gente estava fazendo, a gente só queria falar o que tinha acontecido com os nossos filhos. E o movimento acaba acontecendo.

O movimento das Mães de Manguinhos nasce em 2014, após o assassinato do Johnatha. A princípio a gente só queria acolher outras mães, outras famílias, mas a gente começa a entender que a gente também construiu uma rede. E os assassinatos continuaram acontecendo em Manguinhos e outros lugares. A gente começa a se conectar, fazer encaminhamentos para a Defensoria, para o Ministério Público, e a gente começa a entender, também, que não é só



Ana Paula durante trabalho
foto cedida por Ana Paula

isso, não é só esse acolhimento. Não é só encaminhamento. A partir do momento que uma mãe acha realmente que existe bala perdida, ou então que “foi Deus que quis assim”, “estava nas mãos de Deus”, “foi a vontade de Deus”... Não é vontade de Deus. A gente precisa fazer formação política também, porque os principais alvos dessa violência tem que entender porquê essa violência nos atinge. Não é por um acaso, não é porque os policiais da UPP estavam mal preparados não, é um plano mesmo. É um projeto mesmo de extermínio, e é uma barbárie que está acontecendo. Então, a gente precisa entender isso, porque se a gente não entende a gente não consegue lutar, porque como que a gente vai lutar e exigir um direito que a gente nem sabe que tem, ou entender o porquê que isso está acontecendo com a gente?

Isso tudo eu não aprendi lá na faculdade, não. Isso tudo eu aprendi na faculdade da vida, na militância, ouvindo outras mães como Mônica Cunha, que foi vereadora mas, muito antes disso, também teve um filho privado de liberdade onde, ali na fila para visitar o filho no socioeducativo, ela cria o Movimento Moleque, se juntando com outras mães para saber o que fazer com as denúncias que recebiam, dos filhos, de espancamento e de tantas outras coisas que aconteciam ali dentro do DEGASE. Ela cria esse movimento. Quando o filho sai, o filho, anos depois, é assassinado pela polícia com as mãos para o alto, ajoelhado, pedindo para não morrer. E ouvir essa mulher falando disso, também trouxe para mim um ensinamento, porque quando eu vou para fora de Manguinhos, encontro outras mulheres, outras mães e toda vez que me dava o microfone, a primeira coisa que eu falava: “a polícia matou meu filho, mas meu filho não era bandido”.

E aí, ouvindo outras mães, que tiveram filho que passou pelo sistema e que foi executado, eu começo a pensar e refletir: “eu tenho que mudar essa fala, porque o meu filho ele só foi assassinado pela polícia porque existe esse pensamento e essa fala ‘se é bandido, tudo bem pode morrer’. Não, não pode”. E é por isso que a polícia entra na favela, mata jovens como o meu filho, sem envolvimento com coisas ilícitas, mata criança dentro da Kombi com a mãe, mata a mulher grávida que foi visitar a avó, mata todo mundo e fala: “era bandido, estava trocando tiros”. Então, assim, essas mulheres que têm seus filhos assassinados, que cometeram algum delito – muito empurrado pelo sistema, sim, não é vitimismo, não é blá blá blá –, elas precisam ter voz, elas precisam entender que elas também têm direito a buscar por justiça, elas também têm direito a falar dessa dor, e é sobre isso. Isso tudo eu aprendi na luta, e eu tento passar pra outras mães que chegam, né? É isso.

Quantas mulheres, hoje, fazem parte desse movimento?

Cara, eu vou te dizer, a gente não tem essa estatística numérica. Até porque, pelo fato da gente não ter uma sede, não ter uma planilha... Em Manguinhos, eu acho que somos umas 10, mas não que estão na militância, mas 10 ou mais. Se for pensar em mães que a gente acolhe, vai pra além de Manguinhos, vai até pra outros estados, porque a partir do momento que a gente cria uma rede social, a gente cria um Instagram com a página Mães de Manguinhos, a gente recebe pedidos de ajuda de mães de outros estados e, muitas vezes, essas mulheres, elas só querem falar da sua dor, só querem falar do que seus filhos gostavam e, aí, a gente já tem uma movimentação de passar essa conversa pra um WhatsApp...

Muitas mulheres de outros estados acompanham a página das Mães tanto no Facebook quanto no Instagram e, aí, querem saber se a gente sabe se lá no estado onde ela mora tem um movimento desse de mães, que ela quer também se juntar, quer denunciar. Muitas querem saber se lá no estado onde elas moram existe uma defensoria que elas possam procurar... então, a gente só vai fazendo e a gente não consegue, porque a gente não tem essa assessoria ou alguma coisa. Muitas vezes a gente não consegue nem postar, nas nossas redes, as atividades que a gente está participando; não dá, é muita coisa!

A gente tem que estar ali lutando pela nossa sobrevivência, é operação policial, a gente é convidada pra ir pra Brasília pra acompanhar julgamento de ADPF 635 e, aí, a gente vê aquele resultado da ADPF 635, um retrocesso lamentável... a gente é convidada pra construir um projeto que a RAAVE – depois você pode procurar também na rede social, a RAAVE. É uma rede de atenção a mulheres afetadas pela violência letal do Estado –, um projeto que a RAAVE construiu também por uma parceria com Defensoria Pública, mas quem deu o pontapé e quem foi dando a direção de como deveria ser construído esse projeto foram as mães.

Foi criado um grupo de trabalho, majoritariamente com mães, claro, tinham defensores públicos, outras pessoas, parcerias também, professores universitários, mas foi majoritariamente o grupo formado por mães vitimas da letalidade policial. E aí a gente conseguiu ter esse projeto aprovado pelo Ministério da Justiça e com apoio também da UFRJ e outras faculdades, a gente conseguiu tornar 100 mães bolsistas com certificado de pesquisadora pela UFRJ. Elas estão recebendo uma bolsa de 700 reais, mas são 100 mães que precisaram passar por um edital elaborado pela UFRJ. E são essas mães que vão acolher outras mães e a gente conseguiu, através desse projeto, buscar mães que não estavam conectadas a nenhuma rede, a nenhum movimento, a nenhum grupo, mas que, através da mobilização e da divulgação, se interessaram, puderam vir. E os encontros, eles acontecem duas vezes no mês. É um projeto que a gente quer que se torne uma política pública. O que a gente queria mesmo era que isso parasse... que a gente não precisasse acolher mais nenhuma mãe, mas a gente vai aí construindo coisas.

A gente não está só chorando e só sofrendo, mas a gente está pensando também, a gente está também se articulando com outros movimentos de mães de outros estados também, a gente segue aí também sendo reconhecida. Ano passado, não acredito que tenha sido coincidência, mas eu fui convidada por uma organização defensora de direitos humanos de São Paulo, é uma rede que me convidou para receber uma homenagem como Defensora de Direitos Humanos, mas com outras pessoas também, e essa homenagem aconteceu, justamente, no dia 4 de dezembro, quando o Johnatha completaria 30 anos de idade. Eu falei: “isso não é por um acaso”. São esses sinais que eu te falo que eu acabo recebendo e que vai me dando forças para continuar. E aí eu falei assim: “é um dia muito simbólico para mim, porque é o dia que meu filho completaria 30 anos; para mim é muito importante ter minha filha comigo, vocês têm como levá-la? Porque é comprar passagem, tudo, hospedagem...”. “Vamos levar seu pedido para a organização do evento”. E, aí, aceitaram; minha filha foi.

Foi a primeira viagem dela de avião, mas eu via lá, os olhinhos dela brilhando, acho que acaba

também tendo uma dimensão do que eu faço e eu tento ao máximo, aos poucos ainda, inserindo ela nesse meio, porque é isso, é uma mulher preta de favela, precisa estar engajada, precisa estar por dentro disso. Em outubro do ano passado eu estava lá em Genebra. Fui convidada para fazer uma fala no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Sabe, independente de estar fazendo alguma coisa ou não, a gente vai ser sempre o alvo. Mesmo que um dia a gente tenha dinheiro, tenha condição financeira, uma posição alta dentro da sociedade, isso tudo não nos tira esse alvo do nosso peito. Então a gente continua sendo o alvo, porque a gente é um corpo preto. Então eu falo: “não precisa fazer nada, nem de certo, nem de errado, para ser o alvo, basta ser um corpo preto”. Então é isso, não tem mais.

Você falou desse sentimento de achar importante tua filha tomar consciência da dimensão disso tudo que vocês estão fazendo. Mas quando você olha para isso tudo, você consegue ter a dimensão do tamanho disso?

Eu só consigo quando as pessoas de fora falam. “Caramba! É, Ana, olha que importante isso”... Geralmente as pessoas que falam, e aí que eu fico: “meu Deus, é mesmo, né?!” Porque a gente só vai e faz, sabe? A gente está fazendo. Quando isso começou, não sabia que no ia chegar, eu só queria uma coisa: que fosse me dando força para me manter viva. A partir do momento que eu boto na minha cabeça que eu preciso estar viva para o meu filho continuar vivo, para que ninguém esqueça o que aconteceu com ele. Mas aí, não sei... as coisas vão acontecendo. Você viu, estou aqui e passa uma pessoa e fala: “eu quero que você esteja no projeto de pesquisa aqui da Fiocruz”, e vai acontecendo. Eu só vou indo e, nesse caminho, vou encontrando muita luz, muitas pessoas de luz também, que vão me dando a mão e isso é desde lá, quando essas mulheres tiveram muita coragem, se colocando como testemunhas do que aconteceu. Porque muitos casos, às vezes, não têm uma investigação porque não tem testemunha.

E eu estou sempre querendo retribuir para Manguinhos o fato dessas mulheres terem se encorajado e ido lá testemunhar. Então eu quero trazer esse retorno. O que a gente tem feito é isso, é entender que eu não sou só mais a mãe do Johnatha e da Maria Paula, mas realmente sou Mães de Manguinhos, e estou aqui com os braços abertos para acolher, acolher com a minha maternidade, com o meu amor, todos os filhos, todas as mães, porque eu também fui acolhida, também seguraram na minha mão. Então, é o mínimo que eu posso fazer.

Eu acho que tenho conseguido. Falei para você da pandemia. Na pandemia a gente não teve o privilégio de ficar restrito dentro de casa, porque chegavam pedidos de mães sem ter o que comer, não só em Manguinhos. Então, começamos a se movimentar. A gente começou a ser acionado também, perguntando se a gente poderia ser a ponte para fazer levantamentos de quem estava precisando de cesta básica, de máscara, de material de limpeza. Então a gente teve que sair de casa e fazer uma busca ativa dentro de Manguinhos, no território, para saber das pessoas, da saúde das pessoas. As pessoas estavam sabendo de que forma se proteger e a gente aproveitava também para falar, para apresentar Mães de Manguinhos, porque se você entrar em Manguinhos, muita gente não conhece o movimento; muita gente não sabe que existe um movimento de mães dentro de Manguinhos, que estão aqui fazendo todo esse trabalho que, hoje, a gente percebe que não é só um acolhimento, um direcionamento para as mães que



UNITED NATIONS  NATIONS UNIES

JOHNATHA



10 ANS DE LUTA POR JUSTIÇA

TIONS UNIES À
E39|E40
PORTES A15

Ana Paula em Genebra, na sede da ONU
foto cedida por Ana Paula

perderam, não... É para as mães que estão com os filhos privados de liberdade, é para uma mãe que está com um problema com a filha, que eu recebi ontem, um problema com a filha que não consegue aprender, está na escola e não consegue aprender. Dislexia ela falou, alguma coisa assim. E aí foi no médico, na consulta, a médica falou que ela precisa de um neurologista, mas aí vai para o SISREG... E ela me falou: “Ana Paula, eu sei que você tem os conhecimentos, você conhece tanta gente, será que pode ajudar?” E aí eu vou lá para a minha terapeuta, para a minha psicóloga. E eu falo: “posso compartilhar seu áudio?”, “Pode”. Mando para a minha psicóloga, que também criou um projeto onde ela também conseguiu inserir mães multiplicadoras que estão fazendo um trabalho de formação junto com profissionais do SUS e do SUAS, e é isso.

Antes da gente encerrar, fala pra gente: o que que Manguinhos representa pra você?

Eita! Ai, cara, é a minha raiz. Manguinhos é a minha raiz, é o chão que me formou, é onde eu aprendi a viver em comunidade, é onde eu aprendi tudo sobre afetividade. Manguinhos é um lugar que me traz dores, mas que também me trouxe muitos amores, sabe? O amor dos meus vizinhos, dos amigos que construí ao longo desses 48 anos... Então, é um lugar de aprendizado que me formou mesmo, quem eu sou hoje.

E quando tu olha tudo que você já fez e pensa na mulher que você se tornou, que pensamento que vem, que sentimento que fica?

Ah, eu estou orgulhosa! Eu fico pensando... Antes disso eu era apenas uma mãe, uma mãe que vivia sua rotina de casa e trabalho, mas não tinha toda essa formação e essa consciência de classe, de gênero, consciência política que eu tenho hoje. Eu não tinha nem essa força pra falar, eu não era essa faladeira que eu sou hoje, Carlos, não era! Porque também o que eu aprendi dentro de casa, ali, mais com meu pai, que era muito rígido, era que criança não pode se intrometer em conversa de adulto. Então era muito oprimida pra me silenciar; eu, meus irmãos.... Então isso, de dentro de casa, esse medo de ser reprimida porque não deveria falar na hora que não era a hora devida, eu levei pra fora de casa. Então, nos espaços, eu era muito tímida. Eu sempre falo: “gente, eu sou tímida!”, as pessoas falam: “tímida?”, sim, sou.

Eu não tinha essa desenvoltura pra falar. Se você for ver, depois você olha o documentário ‘Cada Luto, Uma Luta’. Foi o primeiro documentário, ele foi lançado em 2015, são as primeiras vezes que eu pego no microfone. É na missa de sétimo dia do meu filho que foi gravado. Tinham as mídias independentes que começaram a acompanhar o caso do Johnatha, porque o Johnatha foi assassinado na época de Copa do Mundo, 2014, época que tinha muito estrangeiro aqui. Também, alguns mídia-ativistas não de Manguinhos, mas que estavam acompanhando o que tava acontecendo em Manguinhos, que estavam acompanhando as ocupações das favelas com UPPs, isso que tava acontecendo, eles tavam tendo contato com a mídia estrangeira. Então, assim, muitos trouxeram pra cá, Manguinhos, pra poder eu falar e isso também foi dando uma visibilidade. Mas se você for ver esse documentário ‘Cada Luto, Uma Luta’ eu pego no microfone e não tinha ainda essa força.

Eu lembro que a primeira vez que eu vi a Débora que é do Movimento das Mães de Maio, de São Paulo, falar... a Débora teve filho assassinado em São Paulo, em 2006, quando aconteceu

uma grande chacina lá. A primeira vez que eu vi essa mulher falar, eu falei: “meu Deus, que mulher forte, corajosa! Ai, eu queria ter essa força pra falar, eu queria falar assim com essa força, com essa coragem”. E Mônica Cunha também, umas mulheres assim. Logo que eu comecei eu falava: “eu quero ter essa força pra falar, quando eu falar eu quero impactar, eu quero também atingir as pessoas com a minha fala”. E hoje eu falo, eu nem sei que eu estou atingindo dessa forma. As pessoas que me falam.

Outro dia, eu encontrei com uma defensora pública, que é uma mulher que eu admiro muito, pelo trabalho que ela desenvolve como defensora pública. Eu tinha estado com ela numa mesa na EMERJ, a Escola de Magistratura do Rio de Janeiro, onde eu fui convidada pra palestrar e, ali a gente trocou contatos telefônicos. Agora, depois de muitos anos, foi ano passado, que eu fui na defensoria e a gente se reencontrou. Eu estava numa conversa com uma outra defensora, que falou assim: “ah não, esse caso é com a doutora Patrícia, peraí que eu vou chamar, a sala dela é aqui em frente”; quando ela vem, fala assim: “ah! Essa daqui eu sei quem é ela! Ela não deve estar lembrando de mim, mas eu lembro dela”. Aí ela falou assim pra outra defensora, a que estava me atendendo antes: “Você já ouviu essa mulher falando? Cara, quando essa mulher fala, não tem como alguma coisa dentro da gente não se mover”. E continuou: “eu tenho o seu telefone”. Ela tinha o meu contato e, realmente, eu não lembrava, porque é isso, eu vou passando por muitas pessoas e se eu não tiver mais de um contato com essa pessoa, eu não consigo gravar. Mas eu, de alguma forma, acho que eu marco, sabe? Essa é uma das provas; e ela tinha o meu contato. Ela falou assim: “aqui, seu contato aqui no meu telefone”. E foi isso, me ajudou bastante, também, ela.

É assim que eu vou tendo essa dimensão... Receber uma homenagem em outro estado como uma defensora de direitos humanos... A gente é vista como uma mãe que vai pra porta do tribunal ficar gritando, vai pra porta do Ministério Público gritar, e aí, quando essas coisas vão acontecendo, que eu vou tendo uma dimensão. Quando sou convidada pra ir lá no Conselho de Direitos Humanos da ONU falar, quando a gente é convidada pra construir junto projetos pra garantir o mínimo de direito pra outras mães... Entender que, num lugar como esse aqui, a Fiocruz, que a gente pode estar contribuindo também, porque é uma instituição de saúde que está cercada por diversas favelas que são violentadas diariamente, e que muitas pessoas adoecem por conta dessa violência. Então esse lugar precisa entender isso, que não é medicamento, é claro, é em muitos casos, mas precisa pensar em outras formas de cuidar dessa saúde, dessa mulher preta que tem sua vida atravessada por diversas violências: é violência doméstica, é violência de todo tipo. Mas que a gente precisa pensar outros caminhos, que não seja só medicação.

Mas é a partir do que acontece com o meu filho em 2014, que eu acabo tendo um encontro comigo mesma e me conhecendo. Porque eu nem sabia que eu tinha essa força, eu não sabia que eu era capaz disso... Aí é que eu começo a saber quem é Ana Paula, e hoje eu tô muito orgulhosa de mim. Mas orgulho de poder fazer algo pelas outras pessoas, orgulho de poder inspirar outras mulheres, de poder ser uma força motora para outras mulheres, porque também tive mulheres que foram e que são essa força pra mim. Quando hoje eu sou citada por algumas mães, como eu cito também várias mães que me inspiraram, eu falo: “caramba, eu queria falar

igual aquela mãe que eu admiro e hoje eu também sou citada por outras mães, por outras pessoas, chamada pra participar de banca em universidade"... é isso. A gente segue aí na luta. É triste ver como que tratam nossos filhos, como que tratam nosso povo preto, seja numa unidade de saúde, seja dentro de uma escola. Eu acho que é a gente que precisa movimentar isso e construir, porque não vai vir de nenhum milagre, nem vai vir das mãos dos opressores, dos nossos opressores, de quem tá no governo que a gente sabe que é pra interesses próprios, que as leis são feitas pra garantir o direito de quem tem o poder, de quem tem o dinheiro. Mas acredito que se a gente lutar, a gente consegue mudar isso.

Quando sai o resultado do julgamento, ano passado, do meu filho, eu saí muito destruída. Foi um segundo momento que eu achei que eu não iria conseguir me reerguer, porque eu não esperava. Porque eu falava: "cara, tem testemunha, tem tantas provas, ele precisa ser responsabilizado". A justiça, pra mim, ela nunca vai acontecer; pro meu filho muito menos... não vão conseguir devolver o Johnatha pra mim, pra minha família, pros nossos amigos, pros nossos vizinhos. Então, pra mim, eu tô lutando por algo que vai muito mais além. É pra que não se repita. Pra que não aconteça com outras pessoas, com outros meninos...

É muito difícil. Mas o defensor que tava acompanhando o caso, ele me chamou, no outro dia, pra uma conversa na defensoria e ele falou: "eu sei que o resultado não era o que a gente esperava, o que a gente queria, mas eu queria compartilhar uma coisa com você. Depois que você passou na televisão, o que eu recebi de telefonemas de mães que nem queriam mais saber dos casos dos seus filhos... eu queria muito que você soubesse disso, Ana Paula; eu posso aqui te mostrar, e elas citam você. Falou que se você tem força, que se você tá 10 anos, ela que tá 3, ela quer continuar, quer que reabra o caso dos filhos, quer retomar. Você sabe o que isso significa?" Muitas vezes a ficha não cai na hora não... é depois mesmo, pensando e refletindo. É passo de formiguinha mesmo. É saber que em algum momento alguém vai colher os frutos disso tudo que a gente tá plantando aqui hoje.

E planos pro futuro?

Fazer mestrado... Falar inglês fluentemente... Escrever um livro... Conseguir ver alguns resultados da nossa luta sendo realizados. Quero ficar viva e vivendo! Quando eu consigo me olhar no espelho e me ver bonita, me ver viva, eu falo assim: "caramba, eu gosto de me ver assim, porque eu tô contrariando uma expectativa desse sistema; eu tô contrariando a expectativa do Estado". Porque quando matam nossos filhos e nos violam de todas as formas, o projeto é que a gente adoeca e morra, como infelizmente eu vi várias mães, companheiras minhas, de luta, adoecerem e morrerem, caírem no estado profundo de depressão e acabar morrendo mesmo. Uma das fundadoras do movimento das Mães de Maio, de São Paulo, a Vera, morreu em casa dormindo. A mãe do Christian, cadê o Christian? (fala, procurando seu rosto entre as fotos da camisa). A mãe do Christian, a Janaína, também caiu num estado de profunda depressão e morreu em 2018. É pensar que se manter viva é contrariar a expectativa do Estado.

Então eu quero seguir contrariando, quero contrariar mesmo. Eu queria mesmo é que esse extermínio parasse, queria que nenhuma mãe mais precisasse sofrer apreensiva, ou com medo

quando o filho sai de casa, ou que tivesse que criar um filho já falando: “você precisa ter uma identidade, você precisa ser alguma coisa, você precisa estar o tempo todo provando que você é produtivo, que você trabalha, que você estuda”, quando isso não é cobrado da juventude lá da elite. Isso não é cobrado deles. Nenhuma mãe branca tem essa preocupação com seus filhos, de eles precisarem provar que trabalham, que estudam, pra não serem mortos, pra não serem presos...

Eu luto... meu desejo é que a gente possa viver numa sociedade mais igualitária, justa. Que ninguém seja morto nem julgado pela cor da pele, ou pelo local onde mora, ou por gênero, raça, classe... Nem por questão política, assim como a Marielle foi assassinada... Foi uma grande companheira. Foi uma das mulheres que me deu a mão quando o meu filho foi assassinado e ela nem era uma vereadora ainda, mas sempre foi uma grande mulher. Na época, ela era da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ e ela foi uma das mulheres que me ligou no dia do assassinato do Johnatha e, dali em diante, até 2018, ela nunca largou minha mão.

Quando esse daqui (diz, apontando pras fotos na camisa) o Matheus, foi assassinado, em 12 de março de 2018, eu não estava no Brasil, eu estava na Jamaica, eu estava em Kingston, com a Anistia Internacional. Tinha ido participar de um intercâmbio com mães da Jamaica e dos Estados Unidos que também tiveram filhos assassinados pela polícia, e eu fui a representante do Brasil, eu fui com a Jurema Werneck. Fomos juntas, a convite da Anistia Internacional. E no dia que eu cheguei lá, quando eu chego no hotel, eu recebo um áudio da tia do Matheus pedindo ajuda, porque o Matheus tinha acabado de sair da igreja, aqui em Manguinhos, foi levar a namorada no Jacarezinho... Parece que eu estava vendo a história do Johnatha se repetindo... Matheus sai de Manguinhos, da igreja, de moto com a namorada, vai levar ela no Jacarezinho, deixa ela em casa. Quando ele sai dali do Jacarezinho, as testemunhas contam que ele não foi abordado, não ligaram sirene, não fizeram nada disso, simplesmente atiraram. Era um jovem preto numa moto, saindo da favela. Atiraram e mataram o Matheus. Eu estava lá, e a primeira pessoa pra quem eu liguei pedindo pra que ajudasse, fosse ao encontro dessa família, foi pra Marielle. E foi a última vez que eu falei com ela, foi nessa mensagem de WhatsApp, pedindo pra ela ajudar a família do Matheus. E ela falou: “me passa o contato de alguém da família que esteja em condições de falar que eu vou”... e foi a última vez que eu falei com ela.

A gente não sabe quem vai ler. Espero que alcance muitas pessoas. Quer deixar alguma mensagem pra essas pessoas que vão poder ler sua entrevista?

Acho que não podem normalizar o que está acontecendo no Brasil. Eu acho que no mundo, porque a gente está vendo o que está acontecendo na Palestina também. A ganância por poder, a ganância por dinheiro, tem levado a isso, a barbárie que toma conta do mundo. Então eu acho que, simplesmente, as pessoas não podem seguir indiferentes. Se eu tiver de deixar uma frase, é aquela de Martin Luther King, de que a indiferença, ela também mata. Então, se você passa e está vendo a polícia abordar um jovem, você tem que se sentir responsável por aquilo que está acontecendo. Acho que você não pode ser indiferente e passar batido. Acho que você tem que parar e observar, acompanhar. O que tem me assustado, realmente, é esse silêncio das pessoas, sabe? Essa indiferença das pessoas, como se o que está acontecendo não fosse responsabilidade delas também. A gente está vendo crianças sendo assassinadas, mesmo a



*Ana Paula em Manguinhos
foto cedida por Ana Paula*

gente tendo um Estatuto da Criança e do Adolescente, onde diz que é dever da família, da escola, e de toda a sociedade, zelar pelo bem-estar, educação das crianças e adolescentes; e o que a gente vê é crianças sendo assassinadas dentro de casa, como foi o João Pedro, na pandemia; dentro da Kombi, como foi o caso da Agatha, chegando em casa com a mãe. E o que a sociedade tem feito? Porque, pra mim, tinha que parar; a cidade tinha que parar. Mas só vai parar quando, realmente, a favela se conscientizar da sua força.

Então acho que a gente deveria pensar: “o que esses governantes têm feito?” Muito tem sido investido na dita segurança pública. O maior orçamento do Rio de Janeiro, do estado, vai pra segurança pública, pra comprar o quê? Helicópteros blindados pra servir como plataforma de tiros pra tirar a vida das pessoas nas favelas, como a gente viu, que foram comprados dois ou três helicópteros de grande porte pra serem usados no combate ao crime organizado. E a gente sabe pra onde vão ser direcionados esses tiros.

Então, acho que a gente tem que lutar mais por uma educação de qualidade, porque eu acho que é através da educação, do acesso à educação, do acesso ao conhecimento; e quem está no poder já sabe disso. Quem está na governança sabe disso. Por isso que a gente não vê investimento nessa área da educação, da saúde. Apesar de eu ser uma grande incentivadora do SUS, a gente vê que tem um sistema que faz com que tudo isso seja sucateado, pra que as pessoas tenham que recorrer a outros atendimentos.

Mas eu acho que é educação. Que nossos filhos possam acessar um ensino de qualidade. Eu acho que a transformação vai vir daí. Que possam realmente se conscientizar, se politizar e acho que só quando tiver todo mundo mesmo com essa consciência de força, de classe, que as coisas vão mudar. Às vezes, a gente vê dentro da própria favela as pessoas repercutindo falas racistas, homofóbicas... Essas pessoas precisam se conscientizar, acessar o conhecimento, pra ter força pra lutar contra tudo isso. Acho que é isso.



por Alexander Santiago Rodrigues, 2025